

JOSÉ EDUARDO SOARES DE MELO

Mestre, Doutor e Livre-docente em Direito. Ex-Professor Titular e ex-Coordenador do curso de pós-graduação em processo tributário na PUC-SP. Visiting Scholar da Universidade da Califórnia (Berkeley). Orientador e Examinador de Mestrado na Bucerius Law School (Hamburgo). Ex-juiz do Tribunal de Impostos e Taxas da Secretaria da Fazenda de São Paulo. Ex-Diretor do Idepe (Instituto Geraldo Ataliba). Professor Emérito da Faculdade Brasileira de Tributação. Consultor Tributário.

PROCESSO TRIBUTÁRIO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL

**ATUALIZADO PELO CÓDIGO DE
PROCESSO CIVIL DE 2015**

4^a EDIÇÃO

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, primavera de 2015
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua Santo Amaro, 316 - Centro - São Paulo

Contato: editora@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

Coordenação editorial: Vinicius Vieira

Diagramação: Victor Guimarães Sylvio

Revisão gramatical: Ronaldo Santos Soares

e Antonio Marcos Cavalheiro

Capa: Eduardo Nallis Villanova

MELO, José Eduardo Soares de. Processo Tributário Administrativo e Judicial (atualizado pelo Código de Processo Civil de 2015) – 4ª Edição – São Paulo: Quartier Latin, 2015.

ISBN 85-7674-805-3

1. Direito Tributário. 2. Processo Tributário. I. Título

CDD 346.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Direito Tributário
2. Brasil: Processo Tributário

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Apresentação da 4ª Edição	21
---------------------------------	----

PARTE 1

Processo Tributário Federal, Estadual (SP), Municipal (SP)

I

Consulta, 27

1. Federal	29
1.1. Legislação	29
1.2. Legitimidade para Consultar.....	29
1.3. Requisitos.....	30
1.4. Solução.....	31
1.5. Efeitos da Consulta	32
1.6. Recurso Especial e Representação Fazendária.....	33
1.7. Solução de Consulta Vinculada.....	34
1.8. Publicação	34
2. Estadual.....	35
3. Municipal.....	36
4. Comentários.....	37

II.

Regime Especial, 41

1. Federal.....	43
1.1. Interesse do Contribuinte.....	43
1.2. De Ofício.....	43
2. Estadual.....	44
2.1. Interesse do Contribuinte	44
2.2. De Ofício	47
3. Municipal.....	48
3.1. Interesse do Contribuinte	48
3.2. De Ofício	49

III.**Imunidade – Reconhecimento e Suspensão, 51**

1. Considerações Genéricas	53
2. Federal	56
2.1. Suspensão	56
3. Estadual.....	57
4. Municipal	60

IV.**Denúncia Espontânea, 63****V.****Processo Contencioso, 73**

1. Necessidade.....	75
2. Inscrição da Dívida como Controle da Legalidade	78
2.1. Protesto do Título	84
2.2. Inscrição no Serasa. Serviço de Proteção ao Crédito	89
3. Princípios	90
3.1. Previsões Normativas	90
3.1.1. Federal	90
3.1.2. Estadual	91
3.1.3. Municipal	91
3.2. Análises.....	91
3.2.1. Impessoalidade	91
3.2.2. Moralidade	92
3.2.3. Publicidade.....	95
3.2.4. Eficiência.....	97
3.2.5. Ampla Defesa e Contraditório	100
3.2.6. Razoabilidade	102
3.2.7. Finalidade	104
3.2.8. Interesse Público.....	104
3.2.9. Motivação.....	105
3.2.10. Proporcionalidade	106

3.2.11. Segurança Jurídica.....	107
3.2.12. Duplicidade de Instância	110
3.2.13. Verdade Material	111
4. Medidas Preparatórias.....	112
4.1. Direitos e Deveres da Fiscalização	112
4.1.1. Federal	116
4.1.2. Estadual	119
4.1.3. Municipal	120
4.2. Dever de Informação.....	121
4.3. Sigilo	122
4.4. A Desconsideração de Atos e Negócios Jurídicos.....	131
4.5. Arrolamento de Bens e Direitos para Acompanhamento do Patrimônio do Sujeito Passivo	136
5. Auto de Infração.....	139
5.1. Requisitos	139
5.1.1. Federal.....	139
5.1.2. Estadual	141
5.1.3. Municipal	142
5.2. Natureza	142
5.3. Elementos da Obrigação Tributária	143
5.4. Anexos	148
6. Intimações.....	148
6.1. Federal.....	148
6.2. Estadual	151
6.3. Municipal	152
7. Nulidades, Incorreções e Omissões	152
7.1. Federal.....	152
7.2. Estadual.....	153
7.2.1. Observações	155
7.3. Municipal.....	155
7.4. Comentários.....	156
8. Defesa.....	158
8.1. Federal.....	158
8.2. Estadual	159
8.3. Municipal	160

8.4. Comentários	161
9. Provas	162
9.1. Previsões Legais	162
9.1.1. Federal	162
9.1.2. Estadual	163
9.1.3. Municipal.....	165
9.2. Considerações Genéricas	166
9.3. Prova Emprestada	167
9.4. Momento de Apresentação.....	169
9.5. Ônus da Prova	170
9.6. Presunções, Indícios e Ficções	172
9.7. Perícia	177
9.8. Pareceres Jurídicos	178
9.9. Depoimento Pessoal	178
9.10. Confissão	179
9.11. Testemunhas.....	180
9.12. Diligências	181
10. Decadência, Prescrição, Preclusão e Perempção.....	182
10.1. Decadência.....	182
10.2. Prescrição	185
10.2.1. Intercorrente	186
10.3. Perempção.....	188
10.4. Preclusão	191
11. Representação Criminal	193
11.1. Federal	193
11.2. Estadual	195
11.3. Municipal	197
11.4. Comentários.....	198
12. Matéria Constitucional.....	201
13. Coexistência dos Processos Administrativo e Judicial	206
13.1. Processo Administrativo Anterior ao Judicial.....	206
13.2. Processo Judicial Anterior ao Processo Administrativo	207
13.3. Posturas Fazendárias.....	209
13.3.1. Federal.....	209
13.3.2. Estadual	210

13.3.3. Municipal	212
13.4. Diretriz Judicial	212
14. Vista	212
14.1. Legislação	212
14.2. Comentários	214
15. Prazos	214
16. Impedimentos	215
17. Depósito Administrativo	217
18. Decisão de Primeira Instância	219
18.1. Federal	219
18.2. Estadual	220
18.3. Municipal	221
18.4. Comentários	221
19. Recursos.....	222
19.1. Federal	222
19.1.1. Competência	222
19.1.1.1. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).....	222
19.1.1.2. Câmara Superior de Recursos Fiscais	226
19.1.2. Espécies	227
19.1.2.1. De Ofício	227
19.1.2.2. Voluntário	227
19.1.2.3. Especial	228
19.1.2.4. Embargos de Declaração	229
19.1.3. Sobrestamento de Recursos. Prejudicialidade	231
19.2. Estadual	233
19.2.1. Competência.....	234
19.2.2. Espécies.....	238
19.2.2.1. Ao Delegado Tributário de Julgamento	238
19.2.2.1.1. De Ofício (Débito até 5.000 UFESPs).....	238
19.2.2.1.2. Voluntário (Débito Até 5.000 UFESPs)	238
19.2.2.2. Ao Tribunal de Impostos e Taxas	239
19.2.2.2.1. Disposições Gerais	239
19.2.2.2.2. De Ofício (Débito Superior a 5.000 UFESPs)	240
19.2.2.2.3. Ordinário	241
19.2.2.2.4. Especial	242

19.2.2.2.4.1. Objetivos	243
19.2.2.2.5. Reforma dos Julgados Administrativos	244
19.2.2.2.6. Retificação de Julgados.....	244
19.2.3. Regras de Transição	245
19.3. Municipal.....	246
19.3.1. Competência.....	246
19.3.2. Espécies.....	250
19.3.2.1. Ordinário	250
19.3.2.2. Revisão	251
19.3.2.3. Reforma de Decisão de recurso ordinário	251
19.4. Composição Paritária.....	252
20. Sustentação Oral.....	254
20.1. Considerações Genéricas.....	254
20.2. Federal	255
20.3. Estadual	256
20.3.1. Comentários	256
20.4. Municipal	258
21. Súmulas	259
21.1. Considerações Genéricas.....	259
21.2. Federal	259
21.3. Estadual	272
21.4. Municipal	273
22. Decisão de Segunda Instância	274
23. Recurso Hierárquico	277
24. Questionamento Judicial	279

VI.

Processo de Reconhecimento de Direito Créditorio, 285

1. Considerações Básicas	287
2. Declaração de Compensação.....	288
3. Créditos Vedados à Compensação.....	288
4. Débitos Vedados à Compensação	289
5. Efeitos da Declaração de Compensação.....	289

6. Competência e Prazo para Homologação.....	290
7. Compensação não Declarada.....	290

VII.

Processo de Restituição, Ressarcimento e Reembolso, 293

1. Considerações Básicas	295
2. Compensação de Ofício.....	296
3. Recurso contra a Não Homologação.....	296
4. Recursos contra o Indeferimento dos Pedidos de Restituição, Ressarcimento e Reembolso.....	297

VIII.

Processo de Aplicação da Pena de Perdimento de Mercadoria e de Veículo, 299

IX.

Processo de Retenção e de Perdimento de Veículo Transportador de Mercadoria Sujeita a Pena de Perdimento, 303

X.

Processo de Perdimento de Moeda, 307

XI.

Relevação da Pena de Perdimento, 311

XII

Perdimento de Bens – Comentários, 315

PARTE 2

Processo Tributário Judicial

A.

Ações de Iniciativa dos Particulares, 323

I

Ação Anulatória, 325

1. Cabimento	327
2. Depósito	327
3. Conexão.....	328
4. Trâmites Processuais	329

II.

Ação Consignatória, 331

1. Fundamentos	333
2. Depósito	335
3. Petição Inicial	336
4. Contestação	336
5. Sentença	337

III.

Ação Declaratória, 339

1. Cabimento	341
2. Conexão	342
3. Trâmites Processuais	343

IV.

Ação Monitória, 347

1. Cabimento	349
2. Trâmites Processuais	350

3. Decisão	352
4. Fazenda Pública	352

V.

Ação de Repetição de Indébito, 355

1. Fundamentos	357
1.1. Constituição Federal	357
1.2. Código Tributário Nacional.....	358
1.2.1. Requisitos Gerais.....	358
1.2.2. Condições	359
1.2.3. Posturas Jurisprudenciais	364
2. Prazo	368
3. Petição Inicial	371
4. Provas.....	372
5. Execução.....	373

VI.

Ação Rescisória, 375

1. Fundamentos	377
2. Legitimidade.....	382
3. Petição Inicial	383
4. Trâmites Processuais	383
5. Prazo	384
6. Casos Práticos	384

VII.

***Habeas Data*, 387**

1. Cabimento	389
2. Descabimento.....	391
3. Legitimidade.....	392
4. Rito processual.....	392
5. Casos Tributários	393

VIII.**Mandado de Injunção, 395**

1. Fundamentos Jurídicos	397
2. Posturas Judiciais.....	399

IX.**Mandado de Segurança, 403**

1. Cabimento em Matéria Tributária	405
2. Direito Líquido e Certo.....	407
3. Petição Inicial	408
3.1. Requisitos.....	408
3.2. Indeferimento	409
3.3. Desistência	409
4. Prazo	410
5. Espécies	412
5.1. Repressivo	412
5.2. Preventivo.....	412
6. Autoridade Coatora.....	413
7. Provas.....	420
8. Litisconsorte	425
9. Âmbitos	425
9.1. Individual	425
9.2. Coletivo	426
10. Medida Liminar.....	431
10.1. Conceito e Pressupostos.....	431
10.2. Garantias.....	433
10.3. Restrições.....	435
10.4. Recurso, Efeitos, Caducidade, Suspensão, Revogação e Cassação.....	436
11. Execução.....	437
11.1. MS Preventivo	437
11.2. MS Repressivo	438
12. Distinção com Declaratória, Anulatória e Repetição de Indébito.....	439

B**Ações de Controle de Constitucionalidade, 441****I.****Ação Cível Originária, 443**

1. Cabimento	445
2. Processamento	445
3. Casos práticos	446

II.**Ação Declaratória de Constitucionalidade, 449**

1. Cabimento	451
2. Legitimidade.....	451
3. Petição Inicial	451
4. Medida Cautelar	452
5. Trâmites Processuais	452
6. Decisão.....	453
7. Efeitos.....	453
8. Casos Práticos (Âmbito Tributário)	454

III.**Ação Direta de Inconstitucionalidade, 455**

1. Fundamentos	457
2. Legitimidade.....	459
3. Petição Inicial	462
4. Cautelar	463
5. Trâmites Processuais	464
6. Decisão.....	465
7. Efeitos.....	465
8. Casos Tributários.....	466

IV.

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, 477

1. Objeto	479
2. Legitimidade.....	480
3. Petição Inicial	480
4. Subsidiariedade	481
5. Liminar	482
6. Decisão.....	482
7. Efeitos.....	483
8. Casos Práticos	483
8.1. Âmbito Geral	483
8.2. Âmbito Tributário	483

V.

Reclamação, 487

1. Cabimento	489
2. Processamento	491
3. Caso prático.....	492

C

Ações da Coletividade, 495

I.

Ação Civil Pública, 497

1. Cabimento	499
2. Ministério Público	500
2.1. Questões Genéricas	500
2.2. Questões Tributárias	502
3. Trâmites Processuais	505

II. Ação Popular, 507

1. Cabimento	509
2. Requisitos	509
3. Procedimentos	510
4. Exemplos	512
4.1. Âmbito Genérico	512
4.2. Matéria Tributária.....	513

D. Ações de Iniciativa da Fazenda Pública, 515

I. Medida Cautelar Fiscal, 517

1. Cabimento	519
2. Requisitos	520
3. Concessão e Efeitos	521

II. Execução Fiscal, 523

1. Legitimidade Ativa.....	525
2. Dívida Ativa	527
3. Legitimidade Passiva	528
4. Prazo (Prescrição).....	539
5. Petição Inicial	542
6. Exceção de Pré-Executividade	543
7. Garantias	547
7.1. Impenhorabilidade.....	547
7.1.1. Bens e Direitos.....	547
7.1.2. Bem de Família.....	548
7.1.3. Pequenas e Microempresas	550
7.1.4. Fundação Pública	550
7.1.5. Recusa.....	550

7.2. Depósito em Dinheiro, à Ordem do Juízo, em Estabelecimento Oficial de Crédito, que Assegure Atualização Monetária.....	551
7.3. Fiança Bancária	551
7.4. Penhora de Bens do Executado	551
7.5. Seguro Garantia.....	556
7.6. Penhora de Bens de Terceiros.....	558
7.7. Penhora "On-Line"	558
7.8. Precatório Judicial.....	566
7.9. Substituição da Penhora.....	566
8. Termo e Auto de Penhora	566
9. Trâmites Processuais	569

E

Recursos, 577

1. Disposições Gerais	579
2. Apelação	583
3. Agravo.....	586
4. Embargos Infringentes	590
5. Embargos de Declaração.....	591
6. Ordinário ao STF e ao STJ	594
7. Extraordinário e Especial	595
8. Embargos de Divergência	605
9. Agravo em Recurso Especial ou Extraordinário	606

F.

Coisa Julgada Judicial, 609

1. Pressupostos	611
2. Modulação	616
3. Relativização.....	624
3.1. Pressupostos	624
3.2. Medidas Judiciais.....	625
3.2.1. Ação Rescisória	625
3.2.2. Ação de Revisão	625
3.2.3. Ação Anulatória	626

3.2.4. Jurisprudência	626
3.2.5. Embargos à Execução.....	628
3.3. Doutrina.....	628
3.4. Decisão em Controle Difuso de Constitucionalidade. Limites dos Efeitos do Parecer nº 492/11 da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	631
3.4.1. Fundamentos e Objetivos	631
3.4.2. Comentários.....	634
3.4.3. Cofins das Sociedades Cívis. Coisa Julgada. Perspectiva de Exigência Tributária.....	637
3.5. Conclusões	640

G.

Execução Contra a Fazenda Pública, 641

1. Disposições Gerais	643
2. Embargos à Execução	646
3. Cumprimento da Sentença	647

H

Poder Executivo (PGFN – AGU) e Medidas Judiciais, 649

I

Súmulas Judiciais, 667

1. Considerações Gerais	669
2. Supremo Tribunal Federal	669
3. Superior Tribunal de Justiça	674

Bibliografia, 677